AUDIODESCRIÇÃO: ACESSIBILIDADE PARA CURSOS EAD

SÃO JOSÉ/SC JUNHO/2018

Brisa Teixeira de Oliveira - TTCEA - contato@brisateixeira.com
Andreza Regina Lopes da Silva - IPDAAL - contato@andrezalopes.com.br

Tipo: Investigação Científica (IC)

Natureza: Descrição de Projeto em Andamento

Categoria: Métodos e Tecnologias

Setor Educacional: EDUCAÇÃO CONTINUADA EM GERAL

RESUMO

Considerando a importância dos recursos educacionais para a formação na modalidade a distância questiona-se: Como torná-los acessíveis para pessoas com deficiência visual? Com base nessa problemática, o objetivo neste artigo é apresentar um conjunto de diretrizes para recursos educacionais comumente utilizados na modalidade a distância de modo que estes sejam acessíveis às pessoas com deficiência visual. Para atender este objetivo, os procedimentos metodológicos utilizados para esta pesquisa teórico-prática foi a busca exploratória e descritiva, abordagem qualitativa, a partir de um estudo de caso, o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico Andreza Lopes (IPDAAL). Como resultados, descreve-se um conjunto de diretrizes acessíveis, a partir do conceito e prática da audiodescrição, para orientar o desenvolvimento de diferentes recursos educacionais comumente utilizados em cursos EaD. O resultado emerge de um estudo de caso, mas considera-se que pode tais diretrizes podem ser aplicadas a outras instituições, ampliando a oferta de cursos para pessoas com deficiência visual, potencializando o compromisso de incluir maior número de indivíduos que buscam o desenvolvimento continuado.

Palavras-chave: Educação a Distância; Acessibilidade; Inclusão; Audiodescrição.

AGRADECIMENTOS

.

1. INTRODUÇÃO

Os cursos a distância podem ser compreendidos como sinônimo da democratização do ensino visto a possibilidade de levar o acesso à educação a todos de uma forma justa e igualitária. No entanto, percebe-se que as propostas de democratização ainda encontram barreiras de acessibilidade à pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é apresentar um conjunto de diretrizes para orientar o desenvolvimento de recursos educacionais acessíveis, comuns na modalidade a distância, para atender as pessoas com deficiência visual (foco desse estudo). Para aproximar a teoria da prática selecionou-se um estudo de caso, pois segundo André e Lüdke (2013, p. 21) permite o pesquisador identificar elementos relevantes a partir de pressupostos teóricos.

A seleção do objeto prático de análise ocorreu de forma intencional por fatores, como: ser um Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico Andreza Lopes (IPDAAL), que tem a missão de “Contribuir com o desenvolvimento de acadêmicos por meio do aprimoramento de competências, para que se tornem pesquisadores de excelência que promovam o fortalecimento e o incentivo à pesquisa científica nacional e internacional.” A partir da missão, e considerando-se a visão da fundadora e CEO, percebeu-se o compromisso do IPDAAL em democratizar o conhecimento potencializando a escolha deste como cenário de análise. O IPDAAL que vem trabalhando com coaching e mentoria acadêmica definiu em seu planejamento estratégico para 2018 trabalhar também com a oferta de cursos de formação e desenvolvimento. E, já no primeiro momento deste planejamento definiu-se que tal oferta seria na modalidade a distância, por considerar que esta atende um maior número de acadêmicos. E visando atender o eixo de acessibilidade, que alicerça toda e qualquer instituição formadora, buscou parceria para organizar um conjunto de ações necessárias para que seus cursos sejam acessíveis às pessoas com deficiências, inicialmente contemplando ao menos os cegos e pessoas com baixa visão, por considerar-se o número representativo existente no Brasil.

Este contexto impulsionou as autoras, nos papéis de audiodescritora e fundadora-facilitadora do IPDAAL, respectivamente, a organizar um conjunto de diretrizes acessíveis para o desenvolvimento de recursos educacionais para as pessoas com deficiência visual. Para tanto partiu-se de uma pesquisa teórica-prática, de abordagem qualitativa. O estudo teve início com a busca exploratória da literatura e de documentos relacionados a discussão. O resultado foi construído considerando os principais constructos deste estudo.

2. TRILHA TEÓRICA: CURSOS EaD ACESSÍVEIS

Segundo o último levantamento divulgado pelo IIBGE em parceria com a OMS revela que 6,2% da população brasileira têm algum tipo de deficiência, sendo que a deficiência

visual é a mais representativa sendo expressa em: 3,6% dos brasileiros, que possuem cegueira total ou baixa visão. Isso representa 6,5 milhões de brasileiros têm alguma deficiência visual, sendo 528.624 pessoas com cegueira total e 6.056.654 pessoas com baixa visão ou visão subnormal (IBGE, 2010). Para atender essa parcela da população, assim como de outras deficiências como problemas motores (2,3%), intelectuais (1,4%) e auditivos (1,1%), segundo os dados do IBGE (2010), políticas e práticas educacionais devem ser ampliadas na oferta da educação para todos, visto que acessibilidade é um dos eixos essenciais em instituições de ensino, pois mesmo com deficiência o ser humano em sua essência é curioso e deve ter a oportunidade de descobrir o mundo, construir novos conhecimentos. Frente a este cenário de acesso a todos é que a EaD tem crescido a passos largos e ganhou força de política educacional pública, com o desafio de promover a cidadania devido a sua flexibilidade temporal e geográfica que permite a formação para muitos e de forma continuada, uma necessidade e realidade emergente da atual sociedade, uma sociedade baseada no conhecimento.

Recentemente o Decreto n. 9.057, de maio de 2017, reforça que a EaD é uma modalidade educacional no qual o processo de ensino e aprendizagem se desenvolve a partir da mediação didático pedagógica por meio de tecnologias de informação e comunicação, integração de pessoal qualificado, reconhecimento das políticas de acesso entre outros de modo a atender o desenvolvimento a qualquer lugar em qualquer espaço. E, de acordo com o segundo artigo, do referido decreto, a oferta desta modalidade deve observar as condições de acessibilidade tanto no que diz respeito à estrutura física quanto aos meios de comunicação com vista a democratizar a formação (BRASIL, 2017). Falar de democratização da educação é discutir acessibilidade para incluir e neste sentido tem-se a Lei Brasileira de Inclusão, Lei n. 13.146, de julho de 2015, que traz em seu primeiro artigo o compromisso de “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. E para fins de aplicação desta Lei, considera-se, de acordo com o artigo 3º, a acessibilidade definida como, no Inciso I: [...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015)

A acessibilidade para pessoas com deficiência visual, a acessibilidade se dá por meio da audiodescrição, definida por Motta e Romeu (2010, p. 11) como um “recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual [...] que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão social, cultural e escolar”. Para um dos

precursores nos estudos na área, Snyder (2017, p. 50), a audiodescrição “faz com que as imagens no teatro, mídia e artes visuais sejam acessíveis para pessoas cegas ou com baixa visão” (2017, p. 50) e complementa: usando palavras que sucintas, conhecidas e imagéticas “(através do uso de metáforas ou comparações), os audiodescritores transmitem o elemento visual que é ora inacessível ou apenas parcialmente acessível a um segmento da população” (SNYDER, 2017, p. 50). Desta forma a audiodescrição pode ser compreendida como uma modalidade de comunicação no qual parte-se de uma tradução audiovisual para dar visibilidade, a partir da promoção da informação visual, por meio de narração, as pessoas cegas, um trabalho de transposição de imagens em palavras (RBTV, 2009; ARAUJO; ADERLDO, 2013).

A partir desta discussão, destaca-se que ampliar a acessibilidade dos recursos educacionais na modalidade a distância conta-se com as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação digital. Mas como já alertou Radabaugh (1993) para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis; para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis. Neste sentido, esse artigo traz a reflexão que a limitação, na maioria das vezes, está na concepção do curso e no desconhecimento sobre como produzir interfaces e materiais acessíveis. Importante destacar que entende-se para fins desta discussão recurso educacional, com base na definição da Unesco, que traz estes como “materiais de ensino, aprendizagem e pesquisa em qualquer suporte ou mídia”. Tais recursos podem ser: livros, artigos, vídeos, softwares e outros materiais que apoiam o processo de construção do conhecimento do indivíduo. Por fim, destaca-se que o objeto de análise é acessibilidade por meio da audiodescrição, contudo existem outras metodologias de promover a acessibilidade na educação, como, para os estudantes com surdez, que será realizada por meio de legendas descritivas e janelas da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

3. Diretrizes para desenvolvimento de recursos educacionais acessíveis

Uma série de orientações são necessárias para desenvolver recursos educacionais que permitam a construção do conhecimento. Silva (2013) destaca quatro macro categorias, a saber: forma, conteúdo, linguagem e atividade. Uma discussão que não se limita à modalidade educacional e nem ao tipo de recursos educacionais, uma vez que entende-se que tais categorias colaboram para promoção do desenvolvimento por meio de uma ação ativa do aprendiz. Contudo, considerando o estudo de caso, analisado nesta pesquisa, o limite está em recursos educacionais disponíveis no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) do IPDAAL, pois os cursos estão sendo desenvolvidos para oferta por meio do Moodle um software livre e mundialmente reconhecido e aceito na EaD. pode colaborar para promover a acessibilidade em EaD mediada pela web.

A partir deste cenário apresentam-se nesta sessão diretrizes para a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, a partir do recurso da audiodescrição, considerand os

curso online em desenvolvimento no IPDAAL, um instituto de pesquisa e desenvolvimento acadêmico que atende individualmente e em grupo aprendizes que querem conquistar segurança e autoconfiança para viver bem o seu papel de aprendiz. O IPDAAL foi fundado oficialmente em março de 2017, numa ação empreendedora, a partir da experiência de mestrado e doutorado, permitiram a fundadora e CEO trabalhar de forma compartilhada com pesquisadores a construção de caminhos sólidos para o desenvolvimento das competências acadêmicas a fim de que se viva bem o papel de eterno aprendiz. Um caminho que foi impulsionado por saberes teóricos e práticos relacionados à temática “design educacional”, cujo foco é desenvolver soluções de aprendizagem. Com acesso a plano de ação e planejamento estratégico, do IPDAAL, identificou-se que a visão organizacional é “Ser um instituto privado de referência nacional, por excelência e inovação, no desenvolvimento de acadêmicos.” e para tanto caminha à luz de cinco principais valores, a saber: cocriação; ética; excelência; humanização e inovação.

A partir desta concepção, a missão do IPDAAL visa contribuir com o desenvolvimento de competências de acadêmicos de modo que possam viver bem este papel tão importante na sociedade contemporânea. Para auxiliar nesta jornada o instituto trabalha com atendimento de coaching e mentoria: individual e em grupo; presencial e on-line. Além disso dispõe de um planejamento de cursos a serem implementados em 2018, com temáticas relacionadas ao autodesenvolvimento acadêmico, a saber: autocoaching; escrita científica; metodologia; projeto de pesquisa entre outros. Considerando o compromisso do IPDAAL em ser acessível, a muitos estudantes, a fundadora e CEO da instituição buscou a parceria com um profissional na área de acessibilidade para desenvolvimento de cursos totalmente on-line e que também sejam acessíveis. O IPDAAL visa a oferta de cursos livres com média de duração de 30-40 horas, com certificação. Para tanto algumas publicações, teórico-documental, foram utilizadas como base para fundamentar as diretrizes de acessibilidade para as pessoas cegas, sugeridas a seguir.

3.1 Diretrizes Gerais para aplicação da AD

Segundo Silva et al. (2011) um conjunto de diretrizes em prol da acessibilidade no contexto educacional contribui para que os recursos desenvolvidos atendam ao maior número de estudantes possíveis, ainda que com diferentes potencialidades e limitações. RBTv (2009) corrobora apontando que um conjunto de diretrizes para a audiodescrição reflete esta como elemento de acessibilidade a ser integrada a diferentes recursos, uma discussão que aparece com maior frequência na área cultural, e aqui neste estudo amplia-se para a concepção da aplicação para desenvolvimento de recursos educacionais para EaD acessíveis a pessoas com deficiência visual. Para tanto trabalhou-se com a AD como elemento de acessibilidade aplicado aos recursos

educacionais, a partir de diferentes visões, como as expostas por: Snyder (2017), Brasil (2015), Motta (2010), Motta (2016), Naves et al. (2016) entre outros, considerando e respeitando os princípios que norteiam eticamente a atuação do audiodescritor como aponta (RBTV, 2009).

- A AD deve ser desenvolvida de forma natural, e por isso considera-se que o seu planejamento deve ser integrado já no início do projeto sem a necessidade de adaptação futura, como nova ação, dos recursos educacionais elaborados.
- Para um bom trabalho de AD é preciso considerar o perfil do público, por exemplo, no caso de AD na educação deve-se identificar a faixa etária, conhecimentos prévios entre outros.

3.2 Diretrizes quanto à Linguagem: a linguagem é um dos principais parâmetros da AD e juntamente com sua velocidade regerá as demais ações envolvidas no processo de audiodescrever.

- Linguagem simples, objetiva, concisa, factual e direta. Linguagem com emoção, mas, sem julgamentos ou opiniões. Fala apresentada a partir do uso do presente do indicativo e da voz ativa.
- Fala em estilo descritivo-narrativo, em terceira pessoa, para não gerar interferência na interpretação.
- Descrição de cores devem ser nomeadas por se tratar de objeto de significado sociocultural, fazem parte de um sistema de códigos e símbolos reconhecido pelos cegos.
- Uso de artigos definidos/indefinidos e pontuações de forma adequada;
- Os advérbios e locuções adverbiais ajudam na descrição de uma ação, tornando-a mais clara e aproximada do possível;
- Usar presente do indicativo, pois torna o texto fluido e expressa o fato no momento em que ele ocorre.
- Quanto à narração da AD deve ter fluidez e não ser monótona, sem vida. No

entanto, deve se ter atenção para ser uma narração neutra para que o cego crie a sua emoção.

- Associar significados atribuídos aos símbolos e códigos social e culturalmente construídos.
- Professores poderão completar o discurso escolar com informações descritivas que permitam a visualização, com o objetivo de ampliar o entendimento com repercussão positiva no processo de aprendizagem de todos os alunos.

3.3 Diretrizes para Videoaulas

- Os roteiros de AD precisam conter os seguintes elementos: tempos iniciais e finais das inserções da AD; as unidades descritivas, as deixas, ou seja, a última fala antes de entrar a AD, e as rubricas, que consistem nas instruções para o narrador da AD.
- As inserções da AD é feita dentro de uma marcação de tempo colocada preferencialmente entre os diálogos da aula, não sobrepondo a fala do professor.
- Elaboração de roteiro e preparação de narração pelo audiodescritor são fundamentais e pode ser realizado individual, mas para um resultado satisfatório é importante o acompanhamento durante e pós-gravação para garantir a precisão das informações e evitar sobreposição de fala. Na hora de elaborar o roteiro de AD, é importante procurar responder as perguntas: Quando? Onde? Quem? O Quê?
- Descrições curtas potencializam o processo de compreensão dos ouvintes, ampliando a sua aprendizagem.

3.4 Diretrizes para Textos

- O texto audiodescrito será narrado pela função de programas de leitura, denominados “conversores de texto em fala”, por isso é fundamental que o texto esteja escrito corretamente, sem erros de digitação, gramaticais, pontuação.
- Usar o Text Alt (Texto alternativo) com o conteúdo da imagem se for texto

apresentado em imagem ou botão de comando permite descrição por áudio.

- Não usar arquivos escaneados, pois o sistema entende como imagem sem descrição, logo o aluno não terá a leitura.

3.5 Diretrizes para imagens sem movimento - fotos, desenhos, arte etc.

- Começar a descrição das imagens do geral para o específico, seguindo uma ordem lógica: de cima para baixo..
- Evitar termos técnicos para descrição das imagens. Exemplo: primeiro plano, fotografia em paisagem, luz indireta, plano americano etc.
- Texto Alternativo pode ser o recurso para descrição da imagem em áudio. equivalente ao da imagem.

3.6 Diretrizes para imagens em movimento - vídeos e animações

- Descrição textual do tema do filme ou animação.
- Transcrição da cena considerando apenas do que é relevante para compreender o conteúdo.
- Descrição de cenário, personagem entre outros elementos só se forem necessário para o entendimento.

3.7 Diretrizes para Tabelas, Quadros e Gráficos

- Estes elementos devem ser convertidos em elementos simples para descrever os elementos, como: títulos, linhas, colunas, resultados, localização de variáveis etc.
- Leitura linear, linha a linha.
- Descrição de layout para compreensão dos resultados apresentados. Resumo textual do objetivo do elemento descrito.

A partir destas diretrizes sugeridas o IPDAAL vem desenvolvendo seus cursos EaD com uma equipe multidisciplinar que conta com a participação de um profissional de audiodescrição de modo a atender os principais pontos norteadores para o desenvolvimento de um curso acessível a pessoas cegas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as pessoas com deficiência estejam amparadas pelas leis, percebe-se que ainda assim no Brasil tem-se uma cultura incipiente quanto a práticas acessíveis. Buscando fortalecer esta cultura e visto a potencialidade da EaD para tal cenário propôs-se aqui neste estudo a organização de um conjunto de diretrizes, aplicadas enquanto projeto piloto, para a promoção de soluções educacionais acessíveis nos cursos livres do IPDAAL. Estas diretrizes trazem uma proposta à reflexão de profissionais, pesquisadores, governo e sociedade como um todo, que considera que é possível por meio da EaD chegar-se a qualquer tempo, espaço e ainda diferente indivíduos em suas mais variadas realidades.

Contudo, não se tem a intenção de limitar a construção de recursos educacionais, que busquem promover a igualdade, dando oportunidade a todas as pessoas interessadas no seu aprimoramento acadêmico, independente das dificuldades físicas de cada aluno, a estas diretrizes. Mas que estas sejam condições a serem consideradas desde a concepção de um curso EaD, que tenha o compromisso de atender a muitos. Esta discussão é emergente e necessária à sociedade do conhecimento, logo infere-se à necessidade de continuidade de pesquisas na área da audiodescrição como recurso de acessibilidade na formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago.; ADERALDO, Marisa Ferreira (Orgs.) **Os novos rumos da pesquisa em audiodescrição no Brasil**. Curitiba: CRV, 2013.

BRASIL. Lei n. **13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. **Decreto n. 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o [art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as **diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm>. Aceso

em: 20 abr. 2018.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>> . Acesso em: 11 maio 2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2013

MOTTA, L. M. M. V.; ROMEU FILHO, P. **Audiodescrição**: Transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

_____. **Audiodescrição na escola**: abrindo caminhos para leitura de mundo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

NAVES, Sylvia Bahiense; et al. (Org.) . **Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis**. Brasília: Ministério da Cultura Secretaria do Audiovisual, 2016. Disponível em: <<https://grupoleaduece.blogspot.com.br/p/guia-para-producoes-audiovisuais.html>> Acesso em: 01 maio 2018.

RBTV. **Diretrizes para Áudio-descrição e Código de Conduta Profissional para áudio-descritores**. Audiodescription: coalition.org, 2009. Disponível em: <<http://www.asociadosdainclusao.com.br/enades2016/sites/all/themes/berry/documentos/12-uniao-em-prol-da-audio-descricao.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SILVA, A. R. L. da et al. Guia do estudante: um artefato para a acessibilidade na EaD. In: VIII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD), 2011, Ouro Preto. **Anais do VIII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD)**, 2011.

SNYDER, Joel. **Construindo Imagens com Palavras** - Manual de Treinamento abrangente e Guia sobre a História e Aplicações da Áudio-Descrição. Tradução de Andrea Garbelotti. Recife: Editora UFPE, 2017.

TORRES, E. F. et al. **A acessibilidade à informação no espaço digital**. Ciência da Informação. Brasília, v. 31, n. 3, p. 83-91, 2002.